



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

## **Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700% em dois anos**

Cerca de 1.4 % da população moçambicana vive, actualmente, na condição de deslocado devido aos ataques armados em Cabo Delgado e no Centro

Maputo, Outubro 2020

## **Ficha Técnica:**

**Título: Número de deslocados em Moçambique cresceu em cerca de 2700 % em dois anos**

Director: Edson Cortez, PhD

Pesquisadores: Borges Nhamirre, Egas Jossai, Edson Cortez (Cabo Delgado); Aldemiro Bande e Baltazar Fael (Nampula);

Revisão de Pares: Celeste Banze, Inocência Mapisse, Júlia Zitha, Rui Mate, Kim Harnack

Revisão Linguística: Samuel Monjane

Maputo, Outubro de 2020

**Capa:** crianças jogando futebol em em campo de deslocados de Metuge. Foto de Edson Cortez



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA

Anticorrupção - Transparência - Integridade

## **Número de deslocados internos em Moçambique cresceu em cerca de 2700 % em dois anos**

Cerca de 1.4 % da população moçambicana vive, actualmente, na condição de deslocado devido aos ataques armados em Cabo Delgado e no Centro

Maputo, Outubro 2020

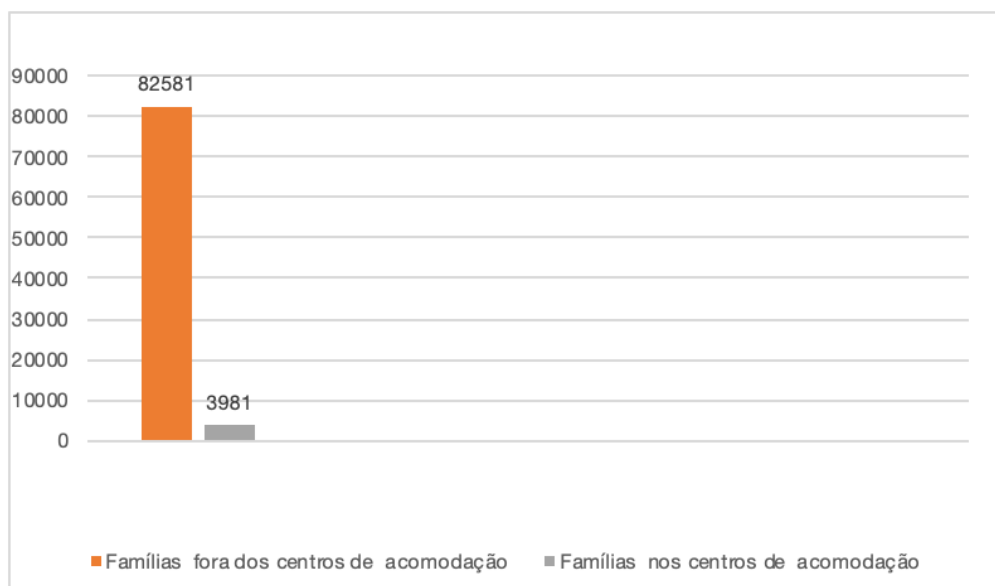
## Sumário Executivo

De Outubro de 2017 a Outubro de 2020, os insurgentes realizaram mais de 600 ataques terroristas nos distritos do norte e centro da província de Cabo Delgado, causando cerca de 2000 mortes entre a população, das quais mais de 60% são de civis<sup>1</sup>. Para além da barbaridade na forma de actuação, a face mais visível dos ataques em Cabo Delgado é o crescente número de deslocados internos, que atingiu mais de 300 mil até ao final do mês Setembro de 2020,<sup>2</sup> correspondente a cerca de 13% da população da província nortenha de Cabo Delgado<sup>3</sup>.

Os ataques em massa nos distritos da província de Cabo Delgado contribuíram para o rápido incremento do número da população de deslocados em Moçambique, nos dois últimos anos, designadamente 2019 e 2020. Até ao final de 2018, Moçambique tinha cerca de 15 000 deslocados internos causados pelos conflitos armados de Cabo Delgado e da região centro<sup>4</sup>. Até 19 de Outubro de 2020, o total de deslocados no país passou para 424 202, em resultados da intensificação dos ataques armados em Cabo Delgado e também na região centro<sup>5</sup>. Assim, houve um aumento em mais de 2700% deslocados, em apenas dois anos. Com a população moçambicana estimada em cerca de 29 milhões de habitantes, cerca 424 000 (1,4%) vive na condição de deslocados, correspondentes a 86 562 famílias, das quais apenas 3 981 estão acolhidas em 13 centros de acomodação criados pelo Governo e parceiros. Os centros estão distribuídos pelas províncias de Cabo Delgado (seis), Nampula (quatro) Niassa (um) e Manica (dois).

Zambézia, Sofala e Inhambane são outras províncias que acolhem deslocados, mas sem nenhum centro de acomodação criado para o efeito. Os deslocados estão hospedados em famílias que os acolhem, na sua grande maioria, sem o mínimo de condições para lhes garantir as condições básicas de sobrevivência. Ao todo, apenas 4,6% das famílias deslocadas estão em centros de acomodação, conforme ilustra o gráfico 1.

Gráfico 1. Distribuição das famílias deslocadas por tipo de acolhimento



Fonte: INGC

1 ACLED, **Cabo Ligado - Weekly: 28 September - 4 October**, disponível em [https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2020/10/Cabo-Ligado-Weekly\\_-28-Sept-4-Oct.pdf](https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2020/10/Cabo-Ligado-Weekly_-28-Sept-4-Oct.pdf) [consultado a 09 de Outubro de 2020]

2 UNICEF, **Displacement leaves its traces on health and nutrition of children in Cabo Delgado**, disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/en/stories/displacement-leaves-its-traces-health-and-nutrition-children-cabo-delgado> [consultado a 15 de Outubro de 2020]

3 INE (2019), **IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 - Resultados Definitivos, Moçambique**, disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-r-gph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-r-gph-nacional.pdf/view> [consultado a 10/10/2020]

4 WFP (2020), **REPUBLIC OF MOZAMBIQUE: AN EVALUATION OF WFP 'S COUNTRY STRATEGIC PLAN (2017-2021)**, p. 10

5 Dados apresentados pela Directora Geral do Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), Luísa Meque, durante a abertura do segundo Conselho Coordenador do órgão, que teve lugar a 22 de Outubro de 2020, em Maputo.

A avalanche de deslocados encontrou o Governo completamente despreparado e a situação de crise humanitária é visível nos locais de acolhimento.

O Governo moçambicano só depois de muito tempo transcorrido é que acabou por reconhecer os ataques em Cabo Delgado como se tratando de uma guerra de cariz terrorista, tendo insistido por um longo período que as pessoas se deviam manter nas respectivas aldeias, apesar dos recorrentes ataques. Concretamente, até finais de 2019, o Governo recomendava as pessoas a permanecerem nas suas aldeias e os que partiam em busca de locais mais seguros, eram aconselhados a retornarem às suas terras de origem, com a promessa de serem destacadas posições militares para proteger as populações, os seus locais de habitação e as suas propriedades<sup>6</sup>.

Esta política do Governo impediu a abertura de centros para o acolhimento dos deslocados internos bem como a mobilização de ajuda internacional, o que fez com que muitos deslocados recorressem a casa de familiares, amigos, conhecidos, ou simplesmente pessoas de boa vontade para buscar abrigo<sup>7</sup>.

Desta forma nasceram dois grupos distintos de deslocados internos. Por um lado, a maioria que se abriga em casas de famílias acolhedoras e outro que está em centros de deslocados criados para o efeito.

Assim, a situação dos deslocados internos, em termos de acesso aos recursos básicos para a sobrevivência e a vulnerabilidade aos abusos pelas autoridades, deve ser sempre analisada neste contexto de dois grandes grupos distintos quanto ao local de abrigo.

O Centro de Integridade Pública (CIP) realizou um estudo de campo sobre a situação de deslocados nas províncias de Cabo Delgado e Nampula, onde entrevistou representantes de instituições governamentais, das organizações humanitárias e da sociedade civil, que lidam com os deslocados. Foram entrevistados, também, deslocados e membros de famílias acolhedoras.

No terreno, constatou-se uma grande presença de organizações humanitárias das Nações Unidas, da Igreja Católica e islâmicas que prestam assistência aos deslocados. Entretanto, a ajuda disponibilizada, não têm chegado para todos. Tanto em Cabo Delgado como em Nampula, a assistência aos deslocados é liderada pelas organizações humanitárias das Nações Unidas, com apoio de organizações da sociedade civil e das autoridades locais, organizados em *clusters* temáticos.

Em Cabo Delgado, nota-se a ausência de instituições do Estado no terreno, vocacionadas para atender a situações de desastres humanitários, particularmente o INGC. A situação é diferente em Nampula, onde o INGC está mais presente no terreno.

Em Cabo Delgado, há muitos relatos de desvio da ajuda destinada aos deslocados, alegadamente, protagonizada pelas autoridades locais através da adulteração das listas de controlo da população necessitada de apoio, que chega das zonas de conflito. Há ainda relatos de abusos ou tentativas de abusos sexuais das mulheres deslocadas em troca de ajuda e não tem havido a necessária investigação conducente a responsabilização dos casos confirmados. Em Nampula, os relatos de desvio da ajuda não são frequentes, mas há casos de pessoas que se fazem passar por deslocados para beneficiar-se da ajuda alimentar.

<sup>6</sup> Jornal Notícias, **Governo quer garantir regresso a Cabo Delgado das populações deslocadas**, in Jornal Notícias de 13 de Dezembro de 2019, disponível em <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/95024-governo-quer-garantir-regresso-a-cabo-delgado-das-populacoes-deslocadas> [consultado a 15 de Outubro de 2020]

<sup>7</sup> Deutsche Welle, **Abrigo é a principal necessidade dos deslocados de Cabo Delgado**, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/abrigo-é-a-principal-necessidade-dos-deslocados-de-cabo-delgado/a-53894323> [consultado a 16 de Outubro de 2020]

Nas duas províncias em causa, a situação dos deslocados abrigados em centros de acomodação é relativamente melhor, comparativamente a dos que vivem em famílias acolhedoras.

O Governo está a demarcar talhões para o reassentamento definitivo dos deslocados, incluindo atribuição de terras para a prática da agricultura. A situação dos deslocados tenderá a piorar nos próximos dias, principalmente se o Governo não conseguir conter a intensificação dos ataques nos distritos de centro e norte de Cabo Delgado. Recomenda-se ao Governo a liderar a assistência humanitária aos deslocados, destacando equipas de profissionais multisectoriais para assistir às autoridades locais no registo dos deslocados e no apoio psicossocial.

À medida que o Governo está a demarcar talhões para o reassentamento dos deslocados – um processo que leva tempo considerável –, deve criar mais centros para acomodar os deslocados que actualmente vivem nas famílias de acolhimento e dos demais que continuam a chegar das zonas dos ataques. O Governo deve ainda criar condições para a recepção com o mínimo de dignidade dos deslocados que continuam a chegar à cidade de Pemba, a fugir das áreas dos ataques nos distritos do centro e norte de Cabo Delgado, prestando ajuda imediata.

É urgente que as autoridades investiguem e responsabilizem os casos de desvios da ajuda e de abuso protagonizados contra as mulheres.

## Metodologia

O estudo para entender a situação dos deslocados internos do conflito em Cabo Delgado privilegiou, para além da pesquisa documental, o estudo de campo com a deslocação de uma equipa de cinco pesquisadores para as províncias de Cabo Delgado e Nampula.

O estudo de campo procurou compreender a forma como o Governo está a responder a esta que é das maiores crises humanitárias causadas por conflito armado, depois da guerra civil. Sendo Moçambique um país com situação de corrupção endémica, o estudo procurou, ainda, mapear casos de corrupção no processo da canalização de ajuda aos deslocados. O trabalho foi realizado nas províncias de Cabo Delgado e Nampula (conforme já anunciado) indicadas como aquelas que acolhem o maior número de deslocados internos. Em Cabo Delgado, visitou-se a Cidade de Pemba e o distrito de Metuge. Em Pemba fizeram-se visitas aos bairros de acolhimento de deslocados de Paquitequete, Chuiba, Muxara, Mahate e Gingone onde se conversou com os deslocados e com membros das famílias acolhedoras.

Ainda em Pemba, entrevistaram-se instituições religiosas, que desempenham um papel importante na recepção, acomodação e disponibilização de ajuda aos deslocados, e com organizações da sociedade civil, que trabalham na canalização de ajuda em espécie e em dinheiro aos deslocados, não somente em Pemba como dos distritos de Metuge, Chiure, Montepuez e Mueda. No Distrito de Metuge visitaram-se campos de acolhimento de deslocados e entrevistou-se, para além de deslocados, membros do Governo distrital local e o Administrador de Quissanga que trabalha em Metuge num gabinete provisório que lhe foi atribuído.

Na província de Nampula, o CIP visitou os quatro distritos com maior número de deslocados designadamente cidade de Nampula, Meconta, Nacala-Porto e Eráti e acompanhou o processo de assistência humanitária. No terreno, o CIP abordou várias famílias. Ouviu as suas inquietações e testemunhou, *in loco*, os dramas que enfrentam no seu dia a dia. Foram também entrevistadas as autoridades locais e algumas organizações que prestam apoio aos deslocados.

A principal limitação enfrentada para a realização do presente estudo foi o acesso à informação, principalmente a que diz respeito às Agências das Nações Unidas sobre o seu trabalho na assistência humanitária em Cabo Delgado. O CIP contactou o Programa Mundial de Alimentação (PMA), o Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), respectivamente líderes dos *clusters* de segurança alimentar, protecção e abrigo, a solicitar informação sobre o seu trabalho no terreno. Em todos os casos, a resposta foi de que se devia submeter cartas ou enviar email's com as questões. Contudo, mesmo após proceder conforme a recomendação, não houve resposta.

Este documento está estruturado em quatro partes. Para além da presente introdução, na qual se apresenta o objecto do estudo e a metodologia, temos a segunda parte onde se apresentam e se analisam as principais constatações da situação dos deslocados em Cabo Delgado. Na terceira apresentam-se e analisam-se as principais constatações da situação de deslocados na província de Nampula. Finalmente a quarta e última parte que contém as conclusões e as recomendações, tanto para Cabo Delgado como para Nampula.

## Principais constatações de Cabo Delgado:

### Ausência do Estado na liderança de apoio aos deslocados

Na província de Cabo Delgado a assistência aos deslocados está organizada em *clusters*, consistidos em grupos temáticos cada uma liderada por uma organização especializada. Assim, existem os seguintes *clusters*:

- *Clusters* de segurança alimentar, liderada pelo Programa Mundial de Alimentação (PMA);
- *Cluster* de abrigo, liderada pela Organização Internacional para as Migrações;
- *Cluster* de protecção, liderada pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR);
- *Cluster* de nutrição, liderada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF);
- *Cluster* de Saúde, liderada pela Direcção Provincial de Saúde

A origem dos *clusters* remonta ao tempo do ciclone Kenneth (2019), que fustigou a província e exigiu uma resposta humanitária de emergência. Foram, então, criados grupos para assistir às vítimas do ciclone. Estes grupos foram consolidados agora para prestar assistência aos deslocados do conflito de Cabo Delgado.

Pelo facto de o Governo ter demorado a assumir a guerra em Cabo Delgado e por isso ter insistido que as pessoas deviam permanecer nas suas aldeias, apesar dos recorrentes ataques, as organizações internacionais e religiosas tomaram a dianteira na assistência aos deslocados e as instituições do Governo foram integradas mais tarde.

Como se pode notar, dos 5 *clusters* criados para atender à situação dos deslocados internos apenas um é liderado por uma entidade governamental, o *cluster* de saúde. Até à área de protecção que de alguma forma implica matéria de segurança, foi confiada à liderança de uma organização internacional.

O Instituto Nacional de Gestão de Calamidades (INGC), que devia estar na liderança de resposta à crise humanitária em Cabo Delgado, simplesmente não é visível no terreno. Durante o período da realização de trabalho de campo em Cabo Delgado, a equipa do CIP deslocou-se por diversas vezes aos escritórios do INGC em Pemba para solicitar entrevista mas em nenhuma das ocasiões houve resposta favorável. Já em Maputo, o CIP endereçou uma carta do INGC a solicitar informação sobre o trabalho da instituição na assistência aos deslocados em Cabo Delgado contudo não houve resposta.

A parte crucial em que se sente mais a ausência do Governo central, ou de uma outra estrutura profissional do Governo, é a do registo dos deslocados para a elaboração de listas dos que devem beneficiar da ajuda das organizações internacionais.

O registo dos deslocadas é uma ferramenta crucial para a gestão da ajuda humanitária. Por um lado, auxilia as autoridades no estabelecimento do número, lugar e características demográficas chaves das pessoas deslocadas; por outro, impede o acesso fraudulento à ajuda humanitária já escassa para as pessoas que dela necessitam. Deste modo pode garantir que a provisão da ajuda alimentar, cuidados médicos, entre outros, seja canalizada aos respectivos destinatários, neste caso, os deslocados internos<sup>8</sup>.

Em Cabo Delgado, o governo local deixou a responsabilidade de registo dos deslocados às estruturas locais dos bairros, nomeadamente chefes das 10 casas, chefes de quarteirões e secretários dos bairros de acolhimento.

Numa fase inicial da chegada de grandes grupos de deslocados em Pemba, a Igreja Católica recebia os deslocados, acomodava-os nas casas dos padres, e de outras pessoas de boa vontade, e elaborava listas para que os deslocados pudessem beneficiar-se da ajuda. Mais tarde, o Governo, através das autoridades locais, tomou a dianteira do registo dos deslocados, passando o papel de elaboração das listas de beneficiários da ajuda a ser exercido pelas autoridades locais dos bairros.

Estas entidades não são profissionais. Na verdade, não são funcionários do Estado. Muitos deles estão mais ligados ao partido no poder do que ao Estado. Não têm formação profissional que os possibilite gerir processos tão complexos como o censo de milhares de pessoas deslocadas de conflito que chegam às centenas aos novos locais em busca de abrigo. Lembre-se que as estruturas de bairro não recebem nenhum salário pelo trabalho que fazem. O seu ganho é de algum prestígio e de valores monetários cobrados de forma ilícita aos cidadãos que precisam de emissão de documentos que confirmam a residência do cidadão em um determinado bairro. Esta prática ilícita existe em todos o País<sup>9</sup> e é tolerada pelo Governo pois os secretários de bairros desempenham papel importante na mobilização de apoio de base ao partido no poder.

É a este grupo que o Estado confiou a difícil tarefa de triagem e registo de milhares de deslocados que chegam aos novos bairros para procurar abrigo em famílias acolhedoras. A consequência mais directa desta situação é a manipulação das listas em benefício próprio, como veremos a seguir.

## Cesta básica, *cash-based transfer* e sua canalização aos deslocados

A cesta básica de ajuda é atribuída aos chefes de família de deslocados. Normalmente é composta por 25 ou 50 quilos de arroz, em alguns casos o arroz é substituído por milho, 15 quilos de feijão, 5 litros de óleo, 1 quilo de sal e algum material de higiene. A ajuda é distribuída por organizações da sociedade civil local, contratadas pelo PMA para o efeito. Destas,

<sup>8</sup> Brookings-Bern Project (2013), La protection des personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays : Manuel à l'intention des législateurs et des responsables politiques, Universitat Bern

<sup>9</sup> É contra a lei a cobrança de taxas para emissão de declaração dos bairros, disponível em <https://www.babalaze.co.mz/2020/07/31/e-contra-a-lei-a-cobranca-de-taxas-para-emissao-de-declaracao-dos-bairros/> [consultado a 16 de Outubro de 2020]



destacam-se a Associação do Meio Ambiente (AMA), que trabalha na canalização de ajuda em Mueda, e a Sociedade Económica de Produtores e Processadores Agrários (SEPPA), que canaliza ajuda aos bairros da Cidade de Pemba e aos distritos de Ibo, Montepuez, Chiúre, Ancuabe, Metuge e Ancuabe. Devido à deterioração da situação de segurança, a SEPPA suspendeu a canalização de ajuda ao distrito de Macomia.

Para além de cesta básica constituída por alimentos e material de higiene, a SEPPA canaliza ajuda em dinheiro através de senhas com valor de 3 600, 00 meticais. Este tipo de ajuda é conhecido como *Cash-based Transfer* (CBT) e é usado neste momento somente na cidade Pemba. Os beneficiários recebem as senhas e vão levantar produtos alimentares e de higiene, seleccionados, em lojas identificadas e que mantêm contrato com o PMA.

Na Cidade de Pemba, as lojas seleccionadas para o levantamento de produtos com base nos CBT incluem o VIP - supermercado, Supermercado Blue, Yaqub Sulemane e a Loja Mónica.

Existe ainda a possibilidade dos beneficiários da ajuda através do CBT levantarem os produtos da cesta básica em lojas móveis improvisadas em camiões que se deslocam para os bairros onde se localizam os maiores grupos de deslocados acomodados em famílias.

Para além das organizações contratadas pelo PMA para a canalização da ajuda, existe ainda a Caritas Diocesana de Pemba, que distribui ajuda em bairros da Cidade de Pemba e nos distritos de Nangade, Muidumbe, Macomia, Montepuez e Maluco. A Caritas mobiliza ajuda independente do PMA mas trabalha em coordenação com esta enquanto líder do *cluster* de segurança alimentar.

## Desvio da ajuda: “os primeiros cinco da lista são os chefes”

Estando a complexa actividade de elaboração das listas de deslocados confiada a líderes de bairros, pessoas, muitas delas, sem emprego formal e vivendo em situação de carência, estes vêm na elaboração das listas oportunidade para desviar parte da ajuda destinada aos deslocados para benefício próprio.

A forma mais usada para o desvio da ajuda destinada aos deslocados é a manipulação das listas, incluindo nelas nomes de pessoas que não são deslocadas do conflito e que muitas vezes vivem na mesma família.

Como referido, a ajuda é destinada aos chefes de família de deslocados. As estruturas de bairro elaboram as listas das famílias de deslocados, entregam ao PMA e a organizações parceiras para a distribuição da ajuda. Entretanto, uma vez no terreno, quando inicia a chamada as pessoas que aparecem para receber a cesta básica ou a senha de *cash-based transfer* não são deslocados. São familiares ou pessoas das relações dos líderes dos bairros responsáveis pela elaboração das listas.

“Os primeiros cinco da lista são os chefes”, disse ao CIP um elemento de uma organização responsável pela canalização da ajuda. “Os chefes (de bairros de acolhimento) alistam nos primeiros lugares os seus familiares para receber a ajuda em primeiro. E só depois é que colocam os verdadeiros deslocados. E como a ajuda nunca chega para todos, os prejudicados serão sempre os deslocados”, explicou.

A situação da manipulação das listas é do conhecimento tanto do Governo local como das Agências das Nações Unidas que lideram os *clusters* de ajuda no terreno mas nunca foi tratada de forma aberta com a sociedade e muito menos

denunciada. O que se tem feito é a verificação minuciosa das listas, tentando retirar os nomes de falsos deslocados.

O Governo do Distrito de Pemba passou a exigir a verificação das listas para homologá-las antes de serem entregues ao PMA e a parceiros. Contudo, nem mesmo com esta acção conseguiu eliminar ou reduzir significativamente a desconfiança da manipulação das listas. A situação chegou a tal gravidade que as organizações da canalização da ajuda, amiúde são forçadas a cancelar a distribuição da ajuda ao perceber que as pessoas que estão a ser chamadas nas listas não são verdadeiros deslocados.

O facto de em cada mês ter que se actualizar as listas, dado que que novos deslocados chegam quase que diariamente em busca de abrigo, dificulta a consolidação das listas. “Cada vez que uma nova lista chega, contém sempre nomes de falsos deslocados de guerra”, contou um dos responsáveis de uma organização de canalização da ajuda.

O Governo não aceita que as organizações internacionais ou da sociedade civil que disponibilizam a ajuda elaborem as listas. Alegando questões de soberania, exige sempre que sejam por si (Governo) elaboradas mas por sua vez delega esta função às autoridades de bairros, que não têm conhecimento nem responsabilidade para tão complexa e sensível actividade.

## O drama de Paquitequete: “nem nos atrevemos a entrar lá para não provocar as pessoas”

O histórico bairro de Paquitequete é o principal ponto de entrada dos deslocados internos provenientes das regiões costeiras dos distritos de Quissanga, Macomia, Mocimboa da Praia e Palma. Chegam ao informal “porto de pesca” em barcos à vela depois de longos dias no mar. “A viagem chega a durar mais de quatro dias e com uma paragem numa ilha das Quirimbas”, conta uma senhora que fugiu de Mocimboa da Praia depois do último assalto a 11 de Agosto.

Muitos deslocados que chegam a Paquitequete buscam localizar casa de um familiar ou de um conhecido que vive na Cidade de Pemba. Depois de passar cerca de 48 horas, ao relento, à beira-mar, os deslocados conseguem localizar familiares, amigos ou conhecidos e são recebidos em suas casas. A maioria fica em Paquitequete, conhecido como bairro de Kimwanis.

Alguns jovens voluntários, na maioria estudantes em Pemba, trabalham incansavelmente para ajudar aos deslocados recém-chegados com água, alimentos, e a encontrar abrigo.

Normalmente não há nenhuma entidade do Estado que faz a recepção dos deslocados para os encaminhar aos centros de acolhimento ou de trânsito. Cada um procura refúgio por si. O trabalho das autoridades locais vem a posterior. Começam a andar de casa em casa a registar novos deslocados que tenham chegado para a posterior actualização das listas de beneficiários da ajuda.

Como a ajuda de cesta básica e *cash-based transfer* é distribuída uma vez por mês, deslocados recém-chegados a Paquitequete, muitas vezes esperam três semanas ou mais para serem contemplados pela ajuda. E, muitas vezes a ajuda nunca chega.

No Bairro de Paquitequete, pelo menos uma em cada duas famílias acolhe deslocados de guerra, havendo casas que albergam mais de três dezenas de pessoas, entre deslocados e os membros da família. A ajuda é canalizada apenas para os deslocados. As famílias acolhedoras não são contempladas, o que gera conflito visto que a maioria das famílias de Paquitequete são de muito baixa renda e o acolhimento de deslocados aumenta as suas despesas.

No meio de muita miséria, tanto dos deslocados como das famílias acolhedoras, surge a oportunidade para o desvio da ajuda e para outras formas de abusos. Alguns líderes de bairros da cidade de Pemba são acusados de manipular as listas de deslocados para a canalização da ajuda, incluindo nelas membros da sua família. Irritados com a sua exclusão das listas, alguns deslocados revoltam-se no momento da distribuição da ajuda, gerando confusão que impossibilita a continuidade da distribuição.

Os alvos da revolta dos deslocados são as organizações que fazem a distribuição. “Muitas vezes somos obrigados a interromper a distribuição da ajuda no bairro de Paquitequete por causa da confusão que se gera no momento, quando os deslocados notam que quem está a receber a ajuda são os locais e não os deslocados”, disse ao CIP um representante de uma organização contratada pelo PMA para distribuição da ajuda.

Face à situação descrita como de grande desorganização no Bairro de Paquitequete, a Caritas Diocesana de Pemba optou em não incluir este bairro na distribuição da ajuda. “Paquitequete!?!... Nem nos atrevemos a entrar lá para não provocar as pessoas!”, disse Betinha Vasco Ribeiro, Gestora de programas da Caritas Diocesana de Pemba, no encontro que manteve com o CIP.

Diferentemente das organizações contratadas pelo PMA para a canalização da ajuda aos deslocados, a Caritas Diocesana de Pemba recebe apoio directamente de pessoas e entidades de boa vontade, nacionais e estrangeiras, e canaliza para os deslocados. A Caritas inclui nos beneficiários as famílias acolhedoras de deslocados. Mas, devido à desordem instalada no terreno, nunca prestou ajuda em Paquitequete. Entre os principais doadores institucionais da Caritas estão a Caritas de Espanha, USAID e Unicef.

## Desvio de ajuda e abuso às mulheres sem responsabilização

Multiplicam-se relatos de desvios de bens destinados à assistência dos deslocados bem como de abuso sexual ou tentativa de abuso sexual às mulheres deslocadas e o assunto tem sido tratado com tabu, tanto pelas autoridades governamentais bem como pelas agências das Nações Unidas que coordenam a assistência aos deslocados de Cabo Delgado. Nos relatórios e em outras comunicações feitas por estas organizações, não tem sido reportado casos de desvio da ajuda e de abusos da mulher em Cabo Delgado.

Os abusos são perpetrados pelas autoridades locais que têm o poder de elaborar as listas. Em troca de inclusão nas listas de beneficiários, as lideranças locais cobram favores sexuais às mulheres e raparigas vulneráveis.

Os casos de abusos ou tentativas de abusos multiplicam -se e algumas mulheres perdem o medo e fazem denúncias. A Caritas Diocesana de Pemba tem uma caixa de reclamações e para a *Post Distribution Monitoring* (Monitoria pós-distribuição da ajuda). Na caixa apareceram denúncias de deslocados alegando que os líderes locais estão a colocar nas listas seus familiares. Apareceram também denúncias de casos de “aproveitamento de mulheres vulneráveis para a satisfação de necessidades lascivas”.

Um dos casos de abuso de mulheres, com mais evidências, foi reportado à Caritas Diocesana de Pemba, a partir de Mize, distrito de Metuge. Estando a Caritas no *cluster* de segurança alimentar, reportou o caso ao *cluster* de protecção e não houve desfecho em termos de investigação com vista à responsabilização dos perpetradores.

Através da Linha Verde de Resposta à Emergência - 1458, têm-se feito denúncias de casos de abusos e de desejo de ajuda mas é difícil dar seguimento pela dificuldade de localizar as vítimas e denunciantes.

Os casos de desvios de alimentos destinados aos deslocados já levaram à denúncia formal das autoridades locais pelo PMA, mas sem desfecho. Em Gingone, líderes religiosos denunciaram casos de desvio à responsável do *cluster* de segurança alimentar, Cristina Graziani, do PMA. A representante do PMA participou o caso às autoridades judiciais, contra os líderes locais, mas o caso não teve andamento até agora, apurou o CIP.

## Melhor organização nos centros de deslocados de Metuge

A gestão dos deslocados está melhor organizada no distrito de Metuge, que alberga maior número dos deslocados oriundos de Quissanga. Até ao dia 24 de Setembro de 2020, estavam inscritos no distrito de Metuge 39.789 deslocados dos quais 12.476 estavam alojados nos 5 centros de acomodação criados a nível do distrito.

No que diz respeito à listagem dos deslocados, esta missão está sob responsabilidade das estruturas das zonas de origem dos deslocados, sendo chefes de quarteirão, da aldeia e líderes religiosos. A situação de controlo de deslocados em Metuge está melhor organizada uma vez que se deslocaram aldeias inteiras, incluindo as suas estruturas de liderança. Nos centros de acomodação, não houve muitos casos de registo de intrusos, uma vez que os centros estão organizados de acordo com a origem dos deslocados.

No início da distribuição da ajuda, houve famílias que se tentaram aproveitar da situação, mas rapidamente os intrusos foram removidos com a ajuda das lideranças locais das zonas de origem que denunciaram os membros que não eram provenientes das suas aldeias.

A assistência alimentar no distrito de Metuge é prestada pelo SEPPA, contratada pelo PMA. O Governo de Metuge já demarcou milhares de talhões para a construção de infra-estruturas básicas a fim de transferir os deslocados que estão nos centros para locais de assentamento permanente. Em Metuge entrevistamos Bartolomeu Muibo, Administrador do Distrito de Quissanga, agora deslocado em Metuge de onde dirige o seu distrito a partir de uma minúscula sala anexa ao edifício do Governo local.

Muibo disse que os deslocados de Quissanga estão em processo de serem transferidos para talhões onde possam erguer as suas casas e praticar agricultura.

Ao todo serão demarcados 15 650 talhões em Metuge para cerca de 3 143 famílias que se abrigam em centros provisórios e para cerca de 6 mil famílias que estão acolhidas em casas de familiares, amigos e conhecidos. Neste momento, dos 5 centros de acolhimento de deslocados que funcionam em Metuge, quatro estão em escolas, daí a urgência em transferir as pessoas para permitir que os alunos retornem às aulas. Em Setembro de 2020 quando entrevistámos o Administrador de Quissanga, este disse-nos que estavam em curso estudos de segurança dos solos e canalização de água para as novas aldeias que deverão acolher os deslocados, no distrito de Metuge.

## Número de deslocados duplicou em 1 mês no distrito de Mueda

No distrito de Mueda, a ajuda humanitária consiste na distribuição de kits alimentares às famílias de deslocados, previamente registadas. Neste distrito, há assistência permanente do PMA através do seu parceiro a AMA, que oferece um *kit* por família composto por 40kg de milho ou arroz, 15 kg de feijão 5 litros de óleo e 1 kg de sal. No início de Julho, eram assistidas cerca de 15 000 famílias. O número tinha aumentado para 29 000, até finais de Agosto.

Tal como em outras partes da província, os deslocados são registados pelas autoridades locais (chefes do quarteirão, chefe do posto, secretários dos bairros e autoridades tradicionais). Para se contornar a inclusão nas listas de pessoas que não são deslocadas, foi introduzido o cartão de deslocado que permite maior controlo.

Após a introdução do cartão verificou-se uma redução aparente de casos de incompatibilidade das listas fornecidas pelas autoridades locais com o efectivo dos deslocados a nível do distrito de Mueda. A nível deste distrito, a ajuda humanitária é destinada exclusivamente aos deslocados e não inclui as famílias acolhedoras.

## Principais constatações em Nampula

### Há mais presença do Estado onde há um número reduzido de deslocados

O número de refugiados registados até à última semana de Setembro em toda a província de Nampula, era inferior ao número de refugiados registados somente no distrito de Mueda, no mesmo período. Segundo dados do INGC, até à última semana do mês de Setembro, estavam registados cerca de 25 mil deslocados espalhados por 17 distritos de Nampula. A Cidade de Nampula com 9 764, Meconta com 7 138, Nacala-Porto e Eráti com 2 733 e 1 428 respectivamente, são os distritos com maior número de deslocados. No outro extremo, o distrito de Ribaué, com menos de 50 deslocados, é o que menor número possui.

A maioria dos deslocados é proveniente dos distritos de Macomia, Mocímboa da Praia, Muidumbe e Quissanga e outros, em número reduzido, dos distritos de Metuge, Palma e Nangade. O percurso de Cabo Delgado até Nampula é feito nas mais críticas condições. São vários os casos de famílias inteiras, incluindo idosos e crianças, que, fugindo da guerra, percorreram centenas de quilómetros a pé durante vários dias para chegar à província de Nampula. Há, entre os deslocados, pessoas que exerciam diferentes tipos de actividades desde comerciantes, pescadores, camponeses a funcionários do Estado. Até ao dia 22 de Setembro, as mulheres representavam maior número, aproximadamente 54% contra 46% de homens. Do ponto de vista etário, 54% dos deslocados são crianças e 46% adultos de ambos os sexos.

Em Nampula, muitos dos deslocados são acolhidos por familiares, amigos ou conhecidos e alguns, com alguma possibilidade, arrendam residências. Outros deslocados, em número relativamente menor, encontram-se nos centros de acomodação transitórios de Namialo, no distrito de Meconta.

Segundo dados do INGC, até ao dia 22 de Setembro existiam, pelo menos, 2 100 famílias acolhedoras, cerca de 1000 famílias a residir em casas arrendadas e, pelo menos, 56 em residências adquiridas. Havia ainda 1 200 deslocados em centros de acomodação.

O CIP constatou que apesar de a maioria dos deslocados estar a beneficiar de alguma assistência humanitária, em produtos alimentares e de higiene pessoal por via de algumas organizações como é o caso do Programa Mundial para Alimentação e Caritas, a satisfação das suas necessidades mais básicas é ainda um grande desafio. A ajuda alimentar, bastante necessária nestes casos, torna-se insuficiente face à dimensão dos agregados familiares e, em alguns casos, porque a mesma não é canalizada da mesma forma para todos os que dela necessitam. A maioria dos deslocados, tanto os que se encontram nos centros de acomodação como os que estão em casas de familiares nos distritos de Eráti e Nacala-Porto, recebem assistência alimentar mensalmente, mas quase todos são unânimes quanto a insuficiência dos produtos. No caso da cidade de Nampula, a maioria dos deslocados que estão acomodados em casas de familiares ou conhecidos, não beneficia da assistência humanitária de forma regular e as condições de saneamento no local de acomodação são precárias.

Aqui, onde se encontra a maioria dos deslocados (cerca de 36%), a presença do Estado é quase insignificante.

## Gestão e canalização da ajuda humanitária aos deslocados

A ajuda humanitária aos milhares de deslocados que se encontram na província de Nampula é efectuada, essencialmente, por organizações que fazem parte do braço humanitário das Nações Unidas, nomeadamente PMA, OIM, ACNUR com o apoio de outras organizações não governamentais como é o caso da Caritas, UNICEF, Conselho Islâmico de Moçambique, entre outras, sob a assistência do INGC.

Regra geral, as organizações humanitárias coordenam todo o processo de aquisição, transporte e distribuição dos bens alimentares e não alimentares aos deslocados internos. O INGC participa na distribuição para efeitos de monitoria. Por exemplo, sempre que se pretende fazer distribuição de ajuda aos deslocados, as organizações devem comunicar ao INGC para acompanhar o processo.

Assim como em Cabo Delgado, em Nampula a assistência humanitária aos deslocados está organizada por *clusters* ou grupos de trabalho, mas com a particularidade de o Governo estar na coordenação de todos.

- *Cluster* de Protecção - Serviços de Assuntos Sociais ACNUR, OIM, UNICEF, PLAN International, Caritas;
- *Cluster* de Logística - INGC, PMA, Caritas;
- *Cluster* de Água e Saneamento - Serviços Provinciais de Infraestrutura, UNICEF, PLAN International, ACNUR, Visão Mundial;
- *Cluster* de Segurança Alimentar - Serviços provinciais das Actividades Económica, FAO, PMA;
- *Cluster* de Abrigo e Utensílios – INGC, OIM;
- *Cluster* da Saúde – Sector da Saúde, ONU Mulheres;

A coordenação da componente de assistência alimentar é feita pelo PMA, que também representa as demais organizações humanitárias que prestam assistência aos deslocados na província de Nampula. A organização subcontratou o Conselho Cristão de Moçambique (CCM) como implementador da assistência humanitária. Ou seja, no terreno é o CCM que faz a distribuição da ajuda humanitária aos deslocados.

De uma forma geral, a distribuição de alimentos aos deslocados é feita mensalmente com base na lista de beneficiários fornecida pelo INGC. Este, por sua vez, juntamente com o governo do distrito e as autoridades locais, participa do processo para efeitos de monitoria. Depois de feita a distribuição dos bens, as autoridades locais registam os beneficiários e os bens recebidos de modo a evitar possíveis casos de duplicação de ajuda.

Outras organizações como a Caritas e o INGC, em colaboração com os governos distritais, também prestam alguma assistência aos deslocados em termos de alimentação. Entretanto, enquanto a Caritas diocesana (principalmente de Nacala) faz a assistência numa base mensal, o apoio do INGC é irregular. Segundo contou o delegado desta instituição ao CIP, os bens que o INGC distribui aos deslocados internos resultam de donativos que recebe do nível central e de empresários locais.

Tanto o INGC como a Caritas diocesana têm um mecanismo de controlo dos bens canalizados aos deslocados internos nos respectivos distritos. “Quando o INGC envia bens alimentares para os deslocados entra em contacto com as autoridades no distrito de destino. Existe uma guia de trânsito e mercadoria. Colocamos uma nota com informação sobre o número de pessoas a assistir, a quantidade de alimentos a ser distribuída e o período para o efeito. Os distritos criam os seus próprios mecanismos de segurança/controlo”, refere o delegado do INGC. O mesmo sucede no caso da assistência feita pela Caritas diocesana de Nacala (Vide imagens em anexo).

Segundo o INGC em Nampula, a provisão da ajuda alimentar aos deslocados que chegam a meio do mês, ou seja, depois de ter sido feita a distribuição dos produtos, tem sido um grande desafio. Torna-se ainda mais complicado na medida em que o processo de registo destes no local de acolhimento e envio da informação para o governo central para efeitos de recepção da cesta básica é, na maioria das vezes, moroso.

## Registo dos deslocados internos na província de Nampula

Tal como em Cabo Delgado, em Nampula, o registo da maioria dos deslocados para efeitos de assistência é feito, principalmente, pelas autoridades locais e, em alguns casos, com ajuda de algumas organizações religiosas, professores, directores de escola, entre outros.

Em alguns casos, antes do registo segue-se um “protocolo de segurança”. Os deslocados que chegam aos distritos são dirigidos à polícia e submetidos a um inquérito. Depois são encaminhados para os bairros onde serão acomodados ou para o centro de acomodação de Namialo, consoante os casos. Noutros casos, porém, os deslocados que chegam seguem directamente para a casa dos seus familiares e/ou conhecidos e só depois de algum tempo apresentam-se como deslocados perante as autoridades locais.

De uma forma geral, depois disso os deslocados são apresentados aos respectivos secretários de bairro ou líder comunitário e estes, por sua vez, fazem um pré-registo e enviam os dados para as autoridades governamentais no distrito.

O registo dos deslocados é feito com base numa matriz elaborada pelo INGC que inclui o nome do chefe da família e a sua respectiva idade, número de adultos e crianças na família, número total do agregado familiar, contacto, bairro de residência, entre outros. O Governo distrital compila todas as listas provenientes dos secretários dos bairros e líderes comunitários e envia para a Delegação provincial do INGC.

Em alguns distritos, o registo dos deslocados internos é monitorizado por técnicos afectos aos serviços de Planeamento

e Infraestrutura que se deslocam às comunidades para fazer a verificação da conformidade das listas apresentadas pelos secretários.

Entretanto, conforme se pode depreender, a entidade governamental responsável pela gestão das calamidades, o INGC, não faz o acompanhamento do registo dos deslocados internos a partir das comunidades, o que, associado à intervenção de vários actores no processo, pode abrir espaço para casos de oportunismo e possível adulteração das listas.

De acordo com o Delegado provincial do INGC em Nampula, Alberto Armando, ouvido pelo CIP, isto deve-se ao facto de a delegação que dirige não possuir pessoal técnico suficiente para fazer a monitoria do registo em todos os 17 distritos onde se encontram. “Não temos outra opção senão confiar nas listas que recebemos da base. “Toda a responsabilidade de organizar estas listas é inteiramente do distrito”, referiu o Delegado.

As organizações humanitárias que se encontram a operar em Nampula servem-se destas listas no processo de assistência humanitária às pessoas deslocadas. Apenas quem foi registado tem direito a cesta básica. No entanto, o INGC diz ter recebido casos de pessoas que se apresentam como deslocados, mas cujos nomes não constam da lista para assistência apesar de alegarem terem sido registados como deslocados pelas autoridades locais.

A nível da cidade de Nampula, a Igreja católica participa no registo dos deslocados internos para efeitos de assistência. O Director da Caritas, Pe. (Padre) Orlando Fausto, entrevistado pelo CIP, reconheceu haver, mas não com muita regularidade, casos de pessoas que se fazem passar por deslocados para beneficiar de assistência humanitária. Nesses casos, o que tem sido feito é retirar as pessoas em causa das listas de beneficiários da ajuda.

## Cerca de 95% de deslocados estão em casas de familiares ou de arrendamento

Até a segunda quinzena do mês de Setembro, aproximadamente 95% dos deslocados internos na província de Nampula encontravam-se em casas de familiares e em casas arrendadas. A maior parte, perto de 36%, concentrava-se na cidade de Nampula. Aqui, embora as autoridades afirmem que os deslocados internos recebam regularmente alguma assistência humanitária, algumas famílias visitadas pelo CIP alegam passar meses sem nenhuma assistência.

O CIP deslocou-se a alguns bairros da cidade e falou com vários deslocados que se encontram acomodados em casas de familiares e em casas arrendadas. Para um número considerável, ter uma refeição diária é quase impossível. Dado que as famílias acolhedoras são, na sua maioria, pobres, com a chegada dos deslocados, as dificuldades de acesso aos bens mais básicos para subsistência aumentam significativamente.

Dia Guibuana, 35 anos, é uma de entre várias mulheres deslocadas a residir com algum familiar na cidade de Nampula. Abordada pelo CIP, disse ter fugido da aldeia de Nanquidunga, Mocímboa da Praia, grávida e com três filhos menores. Deu à luz no meio de um tiroteio entre os atacantes e as Forças de Defesa e Segurança. Segundo contou ao CIP, três dos seus filhos foram mortos pelos atacantes. Apenas ela e a filha recém-nascida conseguiram escapar com vida. Tendo fugido da aldeia, teve que percorrer cerca de 90 quilómetros a pé até Mueda e de lá partiu, de transporte, até a província de Nampula, onde encontrou acolhimento em casa de uma parente viúva, de 50 anos, residente no bairro de Muhavir, unidade comunal Muetasse.

“Não temos o que comer. Os seios já não têm leite para amamentar a criança, ela está com o corpo todo a doer porque passa as noites no chão”, disse Dia quando abordada sobre a sua condição.



Como Dia Guibuana, várias outras mulheres perderam filhos ou familiares próximos durante a guerra e passam por sérias dificuldades nos locais de acolhimento. É o caso de Muanacha Abudo, 65 anos, com quem partilha a residência no bairro de Muhaivir. Em entrevista ao CIP disse que fugiu da sua terra natal, distrito de Macomia, na companhia de três netos menores mas apenas um chegou a Nampula. Dois desapareceram pelo caminho e até à data desconhecia do seu paradeiro.

“Em Macomia tinha machamba, produzia e vendia arroz, mas aqui estou nesta triste situação. Não temos o que comer e dormimos no chão”, lamentou.



Dia Guibuana, deslocada a residir no bairro de Muhaivir na cidade de Nampula.

Para além de Muanacha e Dia, outros 35 deslocados internos, entre adultos e crianças, incluindo um doente de lepra (uma doença altamente contagiosa) estão acomodados na mesma casa. Para as autoridades, estas famílias beneficiam de assistência alimentar. Entretanto, no terreno todos se queixam de falta de alimentação e de condições básicas para dormir/repousar. Ao CIP contam que foram registados pelas autoridades, mas há cerca de 2 meses que não recebem ajuda alimentar e que, graças a boa vontade de alguns fiéis da Igreja Católica, conseguem alguma alimentação de quando em vez.

Estes são apenas alguns dos vários deslocados a residir em casa de familiares ouvidos pelo CIP na cidade de Nampula. Em muitos casos o cenário de falta de condições básicas de sobrevivência repete-se, amiúde. O clamor por apoio tem sido uma constante.

Pelas mesmas dificuldades passam alguns deslocados que vivem em casas arrendadas um pouco por toda a cidade de Nampula. Raramente recebem ajuda alimentar e quando esta lhes chega é insuficiente para cobrir os dias em que, depois ficam sem a mesma, até que voltem a receber mais alimentos. Apesar de, nestes casos, alguns chefes dos agregados familiares serem funcionários do Estado ou pensionistas, as dificuldades ainda prevalecem. Trata-se de famílias que perderam todos os seus bens, incluindo meios de sustento.

O CIP ouviu a Caritas Diocesana de Nampula, organização da Igreja católica que tem prestado apoio aos deslocados internos na cidade de Nampula. Em entrevista concedida, o director da organização, Pe. Orlando Fausto, afirma que a ajuda alimentar aos deslocados é feita com base nos donativos que a Caritas recebe de outras organizações, mas esta não chega a ser regular devido à falta de capacidade por parte desta organização em encontrar mais parceiros. O representante

da Igreja Católica referiu que os donativos que recebem não chegam a ser suficientes, explicando que o facto de os deslocados estarem em casas de familiares, e não em um centro de acomodação, dificulta a assistência. “Num centro de acomodação é fácil fazer a distribuição dos bens porque as pessoas são facilmente localizáveis e identificáveis, o que não acontece aqui quando nos deslocamos a casas de familiares”, referiu.

O CIP deslocou-se também aos distritos de Meconta, Eráti e Nacala-Porto onde se concentram cerca de 46% dos deslocados, segundo dados colhidos até o dia 23 de Setembro. Como na cidade de Nampula, nestes distritos os deslocados encontram-se, maioritariamente, em casas de familiares ou em casas arrendadas. Apenas o distrito de Meconta possui centros de acomodação localizados no posto administrativo de Namialo, mas estes absorvem apenas 17% dos deslocados internos existentes no distrito. Os restantes estão em casas de familiares ou em casas arrendadas. O CIP visitou, nestes distritos, alguns deslocados que se encontram a residir em casas de familiares ou em casas arrendadas. Em Nacala-Porto há famílias que chegam a acolher, em média, 30 deslocados. Em Eráti, por sua vez, é comum pessoas de boa vontade cederem pequenas casas para acomodar deslocados internos.



Parte de um total de 27 deslocados internos acomodados no bairro Bloco 1, em Nacala-Porto.

De uma forma geral, as dificuldades são as mesmas. A alimentação não é suficiente e as condições de habitação/alojamento e saneamento não são satisfatórias, sendo mesmo precárias. Porém, a situação é diferente no que se refere a regularidade da assistência alimentar. Do que se constatou tanto em Eráti como em Nacala-Porto, cada agregado familiar que tenha sido registado pelas autoridades locais recebe mensal ou quinzenalmente uma certa quantidade de alimentos que pode variar em função da organização que fornece a ajuda. Por exemplo, o PMA distribui para cada membro de um agregado familiar o seguinte cabaz: 10 kg de arroz ou farinha, 2kg de feijão e 1L de óleo alimentar. Assim, uma família com 5 membros recebe as seguintes quantidades de bens alimentícios: 50kg de Arroz ou Farinha, 10kg de feijão e 5L de óleo alimentar. Por outro lado, a Caritas Diocesana de Nacala que assiste tanto em Nacala-Porto como em Eráti, oferece, independentemente do número de membros do agregado familiar, um kit de alimentos e material de higiene composto pelos seguintes itens: 35kg de Farinha, 4kg de açúcar, 2kg de Sal; 6 barras de sabão, 12 latas de sardinha (Vide imagem 1).

A diferença de quantidades na ajuda alimentar feita pelo PMA e pela Caritas-Nacala gera alguma confusão no seio dos deslocados. É que, por questões de organização, alguns deslocados recebem assistência do PMA e outros da Caritas. Por exemplo, tanto em Nacala-Porto como Eráti, os deslocados que recebem assistência alimentar através da Caritas Diocesana têm a percepção de estar em desvantagem e preferem ser assistidos pelo PMA.

Da conversa que o CIP teve com os administradores e secretários do bairro nestes dois distritos resulta claro que ainda não há uma solução para o problema, uma vez que o critério de distribuição dos bens alimentícios aos deslocados é definido pelas organizações que prestam a assistência humanitária. As autoridades locais apenas fazem o acompanhamento do processo de distribuição. O CIP ainda não conseguiu ouvir a Caritas Diocesana de Nacala nem o PMA.

## Deslocados internos acomodados nos centros de acomodação de Namialo

Até ao dia 23 de Setembro de 2020, pelo menos cerca de 1 300 deslocados internos estavam acomodados nos centros de acomodação transitórios localizados no posto administrativo de Namialo, distrito de Meconta, segundo dados do INGC. Os referidos centros de acomodação de Namialo funcionam em cinco escolas primárias, nomeadamente EPC Club, com 441 deslocados; EPC de Namialo, com 389; EPC Eduardo Mondlane, com 314 e EPC 25 de Setembro, com 173.

Nos centros, embora os deslocados sejam assistidos com alguma regularidade, as condições de acomodação ainda são críticas. Os deslocados dormem em salas de aula e confeccionam as suas refeições em condições não apropriadas. A assistência alimentar é feita mensalmente. Entretanto, se para alguns deslocados não há razões de queixa em relação a comida, para outros, a quantidade dos alimentos recebidos não é suficiente.

O CIP testemunhou a distribuição de baldes e cobertores aos deslocados que se encontram no centro instalado na EPC de Namialo. Os deslocados ouvidos pelo CIP afirmaram que este material iria minimizar parte das suas necessidades. Entretanto, alguns apelam para a melhoria nas condições dos sanitários escolares, muitos deles obsoletos antes da sua chegada.

Segundo o delegado do INGC em Nampula, Alberto Armando, os centros de trânsito surgiram para acolher os deslocados que não tinham onde se acomodar. O primeiro centro de trânsito foi instalado numa capela da igreja católica em Namialo, o qual albergava, pelo menos, 150 pessoas. “Quando foi criado o referido centro a ideia era a de que os deslocados que não tendo um lugar para se alojarem, pudessem se instalar temporariamente até que, com o passar do tempo, pudessem encontrar algum parente ou conhecido e fossem viver na comunidade”. Mais tarde, o centro foi encerrado e os deslocados foram transferidos para os actuais 4 centros de trânsito localizados em diferentes escolas do posto administrativo de Namialo.

Devido ao número crescente de deslocados internos e a necessidade de integrá-los no seio das comunidades para recomeçarem sua vida, o Governo provincial decidiu criar um centro de reassentamento para acomodar as famílias. Segundo o Delegado do INGC em Nampula, o futuro centro de reassentamento com espaço para 2 000 talhões e cerca de 1 000 machambas, está localizado no distrito de Meconta, localidade de Corane.

Prevê-se atribuir a cada família 1 hectare de terra para o cultivo. “O reassentamento será gradual. Primeiro serão alocadas as famílias que estão nos centros de trânsito e depois seguir-se-ão os deslocados com famílias numerosas”, disse...

Há actualmente 5000 famílias deslocadas, muito acima do número de talhões disponíveis. Segundo o INGC, numa primeira fase serão integradas apenas 1000 famílias. “Sabemos que a demanda pode vir a ser maior, mas também entendemos que nem todos quererão passar para os centros de acomodação, refere.

O CIP entrevistou vários deslocados para colher a sua sensibilidade sobre a possibilidade de passarem para o centro de reassentamento. A maioria respondeu afirmativamente. Muitos vêem os centros de reassentamento como uma oportunidade para recomeçar as suas vidas, construir as suas casas e desenvolver alguma actividade para a sua subsistência. Alguns, porém, referem que estariam dispostos a ir para o centro de reassentamento com a condição de não estarem isolados da comunidade local.

## Conclusão

O número de deslocados internos causados por conflitos armados em Moçambique cresceu de forma exponencial nos últimos dois anos, passando de cerca de 15 mil deslocados no final de 2018 para cerca de 424 mil deslocados internos em Setembro de 2020. Significa que até meados de Outubro de 2020, cerca de 1,4% da população moçambicana vivia deslocada das suas comunidades devido aos conflitos armados.

A situação encontrou o Governo despreparado para prestar assistência, o que gerou uma crise humanitária, principalmente nas províncias da região norte que acolhem a maioria dos deslocados. O maior número das famílias deslocadas vive em casas de famílias acolhedoras, gerando outros problemas de acesso aos recursos básicos de sobrevivências. O Governo criou apenas 13 centros de acomodação de deslocados que absorvem somente 4,6% do total das 86 mil famílias deslocadas.

A demora do Governo em assumir que os ataques de Cabo Delgado não eram protagonizados por simples “malfeitores” mas que se tratava de uma guerra, condicionou a tomada de medidas para acolher e assistir aos deslocados internos, causando a dispersão dos mesmos.

Com deslocados dispersos pelas províncias de Cabo Delgado, Nampula Niassa e Zambézia, fica mais difícil para o Governo e para as agências de ajuda humanitária canalizar a ajuda.

Em Cabo Delgado, o papel do Governo na coordenação na assistência aos deslocados é quase inexistente. Dos cinco *clusters* criados para a assistência aos deslocados, apenas um, o da saúde, é coordenado por uma instituição do Estado. Os demais são coordenados pelas agências das Nações Unidas. Entretanto, em Nampula o cenário é relativamente diferente. Instituições do Governo participam na coordenação das actividades de assistência humanitária a nível dos diferentes *clusters*.

No terreno há relatos de desvio de ajuda destinada aos deslocados e a ausência do Estado propicia a continuidade dos desvios, sem responsabilização. A principal forma de desvio acontece através da manipulação das listas incluindo nomes de pessoas que não são deslocadas. O facto de o Governo ter deixado o papel de organização das listas às autoridades locais, que são pessoas na sua maioria também necessitadas, faz com que estes cometam desvios da ajuda e pratiquem outros abusos.

Há relatos de abusos, ou tentativas de abusos, de mulheres vulneráveis perpetrados pelas lideranças locais com poder de elaboração das listas. Alguns casos foram denunciados às organizações de canalização da ajuda mas não houve seguimento que conduzisse ao esclarecimento dos casos e a responsabilização dos culpados - havendo.

As agências humanitárias das Nações Unidas e a Igreja Católica, através das Caritas Diocesanas, são as principais entidades presentes no terreno para prover assistência aos deslocados, tanto em Cabo Delgado como em Nampula. Mas, o número elevado de deslocados não permite que a ajuda chegue a todos de forma minimamente satisfatória e a ausência do poder do Estado para o registo dos deslocados e a supervisão da distribuição da ajuda, com vista a estancar os casos de desvio da ajuda, exacerba a situação de carência. Se os ataques dos insurgentes continuarem na mesma intensidade, como desde o início deste ano de 2020, o número de deslocados poderá aumentar e agudizar a crise humanitária no terreno.

## Recomendações

1. O Governo Central deve liderar a assistência humanitária aos deslocados internos, destacando equipas de profissionais multi-sectoriais para assistir às autoridades locais no registo dos deslocados;
2. O Governo Central deve, com urgência, criar centros de acomodação dos deslocados que vivem em casas de familiares, amigos e preparar a recepção com o mínimo de dignidade dos deslocados que continuam a chegar das regiões dos ataques em Cabo Delgado;
3. O Governo Central deve investigar e responsabilizar os casos de desvios da ajuda e de abuso de mulheres, para evitar que os mesmos se perpetuem;
4. Visto que os ataques em Cabo Delgado duram há já três anos, e não há sinais de que os mesmos possam cessar em curto tempo, é preciso que o Governo crie programas de integração dos deslocados em novos centros de acolhimento e promova oportunidades de formação profissional, prática da agricultura e outras formas de trabalho para o sustento das famílias. Estas tarefas não podem ser deixadas para os governos locais que denotam falta de recursos financeiros e de recursos humanos com qualificação suficiente para gerir situações tão complexas como é o reassentamento de milhares de famílias deslocadas de conflito;
5. Tendo em conta a insuficiência de alimentos por parte dos deslocados, o INGC, a nível central, deve reforçar a mobilização de apoios para os deslocados junto de parceiros, agentes económicos, entre outros.
6. As famílias que acolhem os deslocados devem ser contempladas na ajuda, ainda que em quantidades menores;
7. O Governo deve mobilizar a sociedade para de forma organizada prestar assistência a Cabo Delgado, tal como aconteceu aquando dos ciclones Idai e Kenneth, em 2019.

## Referências

1. ACLED, Cabo Ligado - Weekly: 28 September - 4 October , disponível em [https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2020/10/Cabo-Ligado-Weekly\\_-28-Sept-4-Oct.pdf](https://acleddata.com/acleddatanew/wp-content/uploads/2020/10/Cabo-Ligado-Weekly_-28-Sept-4-Oct.pdf) [consultado a 09 de Outubro de 2020];
2. Brookings-Bern Project (2013), La protection des personnes déplacées à l'intérieur de leur propre pays : Manuel à l'intention des législateurs et des responsables politiques, Universitat Bern;
3. É contra a lei a cobrança de taxas para emissão de declaração dos bairros, disponível em <https://www.babalaze.co.mz/2020/07/31/e-contra-a-lei-a-cobranca-de-taxas-para-emissao-de-declaracao-dos-bairros/> [consultado a 16 de Outubro de 2020]
4. INE (2019), IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 - Resultados Definitivos, Moçambique, disponível em <http://www.ine.gov.mz/iv-rgph-2017/mocambique/censo-2017-brochura-dos-resultados-definitivos-do-iv-rgph-nacional.pdf/view> [consultado a 10/10/2020];
5. UNICEF, Displacement leaves its traces on health and nutrition of children in Cabo Delgado, disponível em <https://www.unicef.org/mozambique/en/stories/displacement-leaves-its-traces-health-and-nutrition-children-cabo-delgado> [consultado a 15 de Outubro de 2020];
6. WFP (2020), REPUBLIC OF MOZAMBIQUE: AN EVALUATION OF WFP 'S COUNTRY STRATEGIC PLAN (2017-2021), p. 10;
7. Jornal Notícias, Governo quer garantir regresso a Cabo Delgado das populações deslocadas, in Jornal Notícias de 13 de Dezembro de 2029, disponível em <https://www.jornalnoticias.co.mz/index.php/politica/95024-governo-quer-garantir-regresso-a-cabo-delgado-das-populacoes-deslocadas> [consultado a 15 de Outubro de 2020];
8. Deutsche Welle, Abrigo é a principal necessidade dos deslocados de Cabo Delgado, disponível em <https://www.dw.com/pt-002/abrigo-é-a-principal-necessidade-dos-deslocados-de-cabo-delgado/a-53894323> [consultado a 16 de Outubro de 2020];
9. INGC, apresentação da Directora Geral ao 2º Conselho Coordenador, 22 de Outubro de 2020

## Lista de entrevistados (não anónimos);

- Alberto Armando, Delegado provincial do INGC em Nampula, entrevistado a 21 de Setembro de 2020, em Nampula;
- Araújo Chale, Administrador do Distrito de Eráti, entrevistado a 24 de Setembro de 2020, em Eráti, Nampula;
- Bartolomeu Muibo, Administrador do Distrito de Quissanga, entrevistado a 24 de Setembro de 2020, em Metuge, Cabo Delgado;
- Betinha Vasco Ribeiro, oficial de Programas da Caritas Diocesana de Pemba entrevistada a 20 de Setembro de 2020, em Pemba;
- Fernando Doda, Administrador do Distrito de Nacala Porto, entrevistado a 23 de Setembro, em Nacala-Porto, Nampula;
- José Passe, Coordenador do SEPPA, entrevistado a 22 de Setembro de 2020, em Pemba;
- Manuel Teodoro, Membro do Governo do Distrito de de Metuge, entrevistado a 24 de Setembro em Metuge, Cabo Delgado;
- Meti Gondola, Secretario do Estado na Província de Nampula, entrevistado a 22 de Setembro, em Nampula;
- Carla Dias, Colaboradora da Associação do Meio Ambiente, entrevistada a 20, de Setembro de 2020, em Pemba;
- Ivone Rachide, Colaboradora da Associação do Meio Ambiente, entrevistada a 20 de Setembro de 2020, em Pemba;
- Orlando Fausto, Coordenador da Caritas Diocesana de Nampula, entrevistado a 25 de Setembro de 2020, em Nampula;



# Anexo 1. Ficha Pré-registo dos deslocados internos feito no centro de acomodação de Namialo

*Subito Casimiro*  
**FICHA DE LEVANTAMENTO DE DADOS NO CAMPO**

Província: Beira  
 Distrito: Beira  
 Posto Administrativo: Namialo  
 Localidade: Namialo sede  
 Comunidade/Hairo: Ampele  
 Província: Beira  
 Data do Trabalho de Campo: 11/06/20 Responsável pelo trabalho: Pai Nº de Ficha: 11  
 Data de ocorrência: 12/06/20 pelas: 11 tipo de evento: Deslocado de guerra  
 Nº de Famílias afectadas: 11 Nº de Famílias vivas: 11

Composição por sexo e faixa etária




Idade	Nº de Crianças		Nº de Mulheres	Nº de Homens	Observação
	Meninas	Meninos			
0 - 4	01				01
5 - 12			01		01
13 - 23				01	01
24 - 30					01
31 - 40					
41 - 55					
56+					
Total					Total: 04

Endereço do hairo: Quarteirão nº  
 Nome do Régulo/Secretário: Francisco Sampaio Contacto: 86206038  
 Assinatura do evento:  
 Imagens:  
 Tipo de mediação e ou resposta interna:  
 Local: Namialo, 11/06/20

Confirmado pelo Régulo/Secretário:  
Francisco Sampaio

Trabalho efectuado por ou pelas:  
José de Jesus da Silva  
Ricardo A. Capote

## Anexo 2. Cesta básica distribuída pela Caritas Diocesana de Nacala aos deslocados do distrito de Erati



*Para o acompanhamento  
do Excmo Sr. Administrador  
do distrito de Erati  
uniao 11/09/2020*

Nacala, 02 de Setembro 2020  
Ref.: MOZ393-75546/2020/29

Governo do Distrito de Erati  
Sua Ex.cia Sr. Administrador

Assunto: Implementação do projeto "Assistência humanitária aos deslocados de guerra de Cabo Delgado" - Distribuição dos kits.

Dando seguimento aos encontros realizados em ordem à implementação do projecto de emergência para a assistência humanitária aos deslocados de guerra de Cabo Delgado, venho por este meio propor uma data para a distribuição de **120 Kits** que temos disponíveis para o mês de Setembro no Distrito de Erati nos dias **17 e 18/09/2020** em colaboração com a Vs. prezada comissão ad-hoc.

Em particular cada kit é assim composto:


- **COMPOSIÇÃO DE CADA KIT DE ALIMENTOS E MATERIAL DE HIGIENE:**
  - ✓ 35 Kg de farinha celestes (1 saco de 25 Kg+1 saco de 10Kg)
  - ✓ 4 Kg de açúcar;
  - ✓ 2 Kg de sal
  - ✓ 6 barras de sabão
  - ✓ 12 latas de sardinhas de 425gr em massa tomate

Aproveitamos também para informar que no âmbito da actividade dos "Espaços amigos das crianças" decorreu no mês de Agosto a primeira visita domiciliar às famílias através dos dois educadores seleccionados, acompanhados pelos Secretários dos Bairros. Na fásia etária de 6 até 14 anos fizemos a inscrição de n. 120 crianças tendo limitado a intervenção à Vila.

As mesmas crianças a partir do mês de Setembro serão acompanhadas pelos educadores com pelo menos um acesso domiciliar por semana onde serão desempenhadas as previstas actividades de apoio psicossocial, lúdico-recreativas com a entrega dum lanche (sumo e bolachas).

Caritas Diocesana de Nacala – Paço Episcopal, S. Justino de Jacobis, Bairro Triângulo – Nacala Porto  
Mail: [caritasnacala@hotmail.com](mailto:caritasnacala@hotmail.com) - Contacto :861615895 – NUIT 700129195

**Anexo 3.** Guia de saída e entrada de produtos enviados pelo INGC ao Governo distrital de Erati



República de Moçambique  
Ministério da Administração Estatal e Função Pública  
**Instituto Nacional de Gestão de Calamidade**  
Direcção Nacional de Prevenção e Mitigação



**GUIA DE SAÍDA E ENTRADA**

ARMAZÉM do INGC - Namunila  
FAZ-SE ENTREGA o Governo do Distrito de Erati

N.º 140/DP/DT/INGC/2020  
Data 29, 06, 2020

**MERCADORIA ENVIADA**

Número de Controle	Doador	Mercadoria	Tipo de Embalagem	Número de Embalagens	Peso de Cada Embalagem	Peso Total	Observações
700	INGC	Arroz	Saco	80	1x50	4.000 Kgs	Destina-se ao apoio à família deslocadas provenientes de Gbo Selgadi
		Feijão Montão	Saco	16	1x50	800 Kgs	
		País de higiene	Balão	100	1x1	100 Balões	

EST PRODUTOS FORAM TRANSPORTADOS NOS SEGUINTE VEÍCULOS PARA ENTREGA AO BENEFICIÁRIO:  
 CAMIÃO/BARCO/AVIÃO MATRÍCULA AHP-720 MC DATA 29/06/2020  
 NOME DO MOTORISTA Almas J. J. J. ASSINATURA DO MOTORISTA   
 NOME DO ESCRITURÁRIO Almas J. J. J. ASSINATURA DO ESCRITURÁRIO 

**MERCADORIA RECEBIDA / DESTINO**

O ..... RECEBEU OS SEGUINTE PRODUTOS:

Número de Controle	Doador	Mercadoria	Tipo de Embalagem	Número de Embalagens	Peso de Cada Embalagem	Peso Total	Observações

NOME DO RECEBEDOR INGC ENTREGUE POR Almas J. J. J.  
 DATA DA RECEPÇÃO: ..... (Legível)

Anexo 4. Senha de Cash-based transfer distribuído aos deslocados em Pemba



**Anexo 5. Cópia de carta-denúncia submetida pela Cáritas Diocesana de Pemba, ao Governo de Metuge reportando alegados casos de abuso sexual de mulheres em troca de ajuda humanitária**



Diocesana Pemba.  
Av. Josina Machel –Pemba  
Nuit:700067981

Para:

**Governo do Distrito de Metuge  
Att: Chefe do Posto Administrativo de Mizee**

Mizee

N/Ref. 26 /CDP/2020

Pemba, aos 29 de Maio de 2020

**Assunto:** Comunicação de denúncias recebidas no âmbito de distribuição de bens e produtos alimentares aos deslocados dos ataques armados.

Excelência(s),

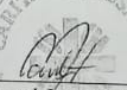
No âmbito de distribuição de bens e produtos alimentares, que tem vindo a ser conduzido pela Cáritas Diocesana de Pemba, aos deslocados dos ataques armados, acolhidos no Posto administrativo de Mizee, foi depositado na caixa de reclamações, uma denúncia anónima, segundo a qual, pesa sobre os chefes locais a acusação de entrega de senhas para recepção de bens e alimentos à pessoas não deslocadas (familiares e amigos), em troca de dinheiro e sexo.

Sendo um acto que mancha a personalidade jurídica da Cáritas Diocesana de Pemba, como instituição religiosa, servimo-nos desta nota para comunicar a V.Excia o sucedido, na expectativa de, caso seja verdade, ver estas práticas banidas no seio da comunidade de Mizee.

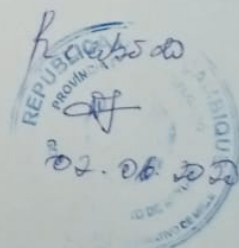
Cientes de que esta nossa comunicação merecerá de V.Excia, uma atenção especial, antecipadamente agradecemos e subscrevemo-nos com a maior estima e consideração.

Atenciosamente

O Director

  
Manuel José Nota

CC: Exmo Senhor Administrador do Distrito





CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA  
Anticorrupção - Transparência - Integridade

Parceiros:



OXFAM



Norwegian Embassy



Reino dos Países Baixos



Suécia  
Sverige

